



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
63ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59

A sexagésima terceira reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no auditório da SEMA, Anexo Othelo Rosa, rua Carlos Chagas, número cinquenta e cinco, décimo primeiro andar, Porto Alegre-RS, no dia dezanove de outubro do ano de dois mil e onze, às quatorze horas e quinze minutos. **Compareceram** os conselheiros: Jussara Cony, secretária de Estado - SEMA – Presidência; Danilo Rheinheimer, Secretaria da Agricultura - representante; Marcia Beatriz Lang, Secretaria do Planejamento – SEPLAG – representante; Mariana Bonelli, SEDAI – representante; Luís E. Teixeira, Secretaria da Ciência e Tecnologia – SCIDT – representante; Luciane Sant’Anna Peralta, Casa Civil – representante; Teresinha Guerra, Comitê Lago Guaíba – titular; Renato Zenker, Comitê Camaquã – titular; Daniel Schmitz, Comitê Taquari-Antas – titular; Tomaz Galvão de Bem, Comitê Ijuí – titular; Paulo Robinson da Silva Samuel, Comitê Gravataí – suplente. **Ausentes:** Secretária de Obras Públicas; Secretaria dos Transportes – SEINFRA; Secretaria da Saúde; SEMC – SEINFRA; Sistema Nacional de Meio Ambiente e Sistema Nacional de Recursos Hídricos. **Ausência Justificada:** Secretaria de Obras e Sistema Nacional de Recursos Hídricos. **Demais:** Leda Famer, Comitê Tramandaí; Leonardo Oliveira dos Santos, Secretária de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo - SDR; Paulo Renato Paim, SOP; Henrique Kotzian, Ecoplan Eng^a Ltda; José Maria e Adoni Alencar, SEPLAG; Tiago B. Loch; Lourenço Corrêa e Rafael Erling, DRH/SEMA; Maurício Colombo, Comitê Gravataí; Gerson Ferreira, Comitê Santa Maria; Cristiane Loebens, Comitê Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo; Ada Piccoli, Comitê Gravataí; Diego Pacheco Carrillo, FEPAM; Valéria Borges Vaz, Comitê Pardo; Viviane Nabinger, Comitê Sinos; Mario Damé, Comitê Camaquã; Heloisa Fiori, DRH/SEMA; Fabrício Loguercio, DA/SEMA; Nanci B. Giugno, Carmem Lúcia S. da Silva e Margarete W. Bremm, secretaria Executiva do CRH/RS. A Presidenta Jussara Cony saudou a todos e abriu a reunião. A Presidenta Jussara Cony saudou a todos e pediu licença para fazer um breve relato sobre o PPA 2012-2015. “Na perspectiva da ação integrada dos órgãos, SEMA, FZB e FEPAM, estamos trabalhando a partir do Termo em Gestão Ambiental Integrada com as seguintes ações: integração, modernização, gestão do conhecimento e de pessoas, sistema de informações, planos, programas e objetos, zoneamento ecológico-econômico, gestão de riscos e a 3P, que é aquela ação das três instâncias de Governo de agenda do serviço público, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. Nós estabelecemos isso junto com a SEPLAG e com a participação de todos os setores dos órgãos ambientais, com a contribuição tanto das discussões do Conselho de Recursos Hídricos e do Consema e estabelecemos doze ações centrais para o Plano Plurianual. Primeiro a integração da SEMA, FZB e FEPAM, porque os órgãos ambientais tem que necessariamente ter essa integração; modernização e adequação da SEMA, promoção da gestão do conhecimento de pessoas; implementação do sistema de informações ambientais; implementação de planos, programas e projetos ambientais; implementação do projeto de zoneamento; sistema de gestão de riscos e agenda ambiental da administração pública. Vou rapidamente falar de cada item no que se refere à questão de recursos hídricos, porque depois vai haver um momento em que vamos poder apresentar esse plano com mais estrutura. Na questão da integração, já está sendo realizada e acho que até dezembro se consegue realizar, porque está previsto no PPA para ter aporte de recursos, o estudo para a reestruturação dos três órgãos ambientais, o Governo está trabalhando com a Fundação Getúlio Vargas. Sistema integrado de planejamento implementado e mantido, nesses anos 2012-2015; sistema integrado normativo institucional implementado e mantido; sistema integrado de monitoramento; inventário florestal realizado; monitoramento quantitativo da água realizado; sistema integrado de regularização ambiental, cadastro, licenciamento, outorga, fiscalização, sanção administrativa implementada e mantido, atividade antrópica de intervenção florestal, ou em outras formas de vegetação controlada, a mesma atividade antrópica e intervenção em recurso hídrico controlada e atividade antrópica de intervenção florestal ou em outras formas de vegetação vistoriada e no caso em recurso hídrico vistoriada também e sistema integrado de pesquisa científica implementado e mantido. Item 02 modernização e adequação da SEMA: agências das regiões hidrográficas das bacias litorâneas, do Guaíba e do Rio Uruguai implementadas e mantidas, isto está dentro do contexto por ser responsabilidade da SEMA, dos órgãos ambientais, das agências das regiões hidrográficas das três bacias estabelecidas. Podemos estabelecer convênios com a Metroplan, mas por lei é de responsabilidade da SEMA e a Secretaria manterá essa responsabilidade. Já está no item da modernização e no Plano Plurianual. Estrutura da SEMA modernizada e adequada, unidades de conservação estaduais implementadas e mantidas. Item 03: promoção de gestão de conhecimento e de pessoas integrado dos três órgãos ambientais implementado e mantido. Item quatro: implementação do sistema de informações ambientais; é a busca de tecnologia de informações e comunicação para o sistema de informações ambientais



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

60 implementado e mantido. Presidenta Jussara destacou alguns pontos que achou estratégicos que
61 são a implementação de planos, programas e projetos ambientais: Plano Estadual de Educação
62 Ambiental elaborado, Plano Estadual de Recursos Hídricos elaborado e implementado, Plano
63 Estadual de Resíduos Sólidos elaborado e implementado, Sistema Estadual de Unidades de
64 Conservação elaborado e implementado, Planos de Enquadramento de Bacias Hidrográficas
65 elaborado, Planos Ambientais das Regiões Hidrográficas da Bacia Litorânea, onde entra o Pró Mar de
66 Dentro, Pró Guaíba e Pró Uruguai elaborados e implementados. Relatório Anual de Recursos
67 Hídricos elaborado; Estudo de revisão de Balanço Hídrico e de disponibilidade em bacias
68 hidrográficas elaborado; atividade de capacitação de público externo realizado no âmbito do PAC,
69 onde entra o DRH, DEFAP, SIGA - que está em processo de aperfeiçoamento; Pró Mar de Dentro,
70 RS Biodiversidade, projetos ambientais desenvolvidos e apoiados, acompanhamento de municípios
71 nos licenciamentos e na elaboração, atualização e implementação dos seus planos ambientais,
72 planos de manejo de unidades de conservação elaborados; projeto de fitoterápicos elaborado e
73 implementado; projeto de conservação da biodiversidade, estudos para criação de outras unidades
74 de conservação elaborados e implementados; campanha de repovoamento da Araucária e do plantio
75 de árvores nobres e espécies folhosas nativas, estamos trabalhando nisso junto com a necessidade
76 de um cadeia madeireira no RS para o aproveitamento das exóticas. Uma cadeia produtiva que nos
77 traria e agregação de valor. Projeto do Parque Morro Santa Tereza; publicações técnico-científicas e
78 um Fórum Estadual de Educação Ambiental, Plano – Ar – Clima - Energia e Projeto de Incentivo para
79 Conservação dos Parques Naturais do Conesul elaborado e implementado; zoneamento econômico-
80 ecológico elaborado e implementado e agenda ambiental da administração pública implementado. A
81 Presidenta Jussara salientou que gostaria que essas informações fossem socializadas, através do
82 site e dos meios de comunicação, e finalmente, se tem o aporte de recursos do Banco Mundial para o
83 zoneamento ecológico-econômico, o sistema integrado de licenciamento ambiental e o
84 monitoramento de catástrofes. Agradeceu aos Comitês de Bacias pela colaboração, as pressões
85 exercidas, que foram argumentos para que junto à SEPLAG se pudesse gravar no PPA para depois
86 buscar junto ao orçamento. Destacou ainda que esse PPA tem um componente importante que
87 poderá nos permitir transformar políticas de Governo em políticas de Estado que é o grande desafio
88 de quem faz gestão. Após passou a palavra ao Diretor de Desenvolvimento de Urbano da SOP, eng.
89 Paulo Paim que saudou a todos e comunicou que o Pró Uruguai já veio muitas vezes a esse conselho
90 e a agora vem com uma parceria consolidada SOP e SEMA, através do DRH da diretora Nanci.
91 Lembrou: “tivemos três reuniões: duas de caráter institucional e uma técnica, para retomada do Pró
92 Uruguai, recapitulando que o Governador Collares, em idos tempos criou simultaneamente os três
93 programas: Pró Guaíba, Pró Mar de Dentro e o Pró Uruguai, e deveriam ter uma feição de
94 saneamento ambiental. O Pró Guaíba ocorreu no primeiro módulo com essa feição, através de um
95 financiamento de alguns milhares de dólares vindos do BID e contrapartida só de quem podia, tipo
96 Corsan, etc...O módulo dois nunca ocorreu, porque nesse meio tempo o Estado não teve mais
97 capacidade de endividamento para recursos internacionais na época. O Pró Mar de Dentro teve um
98 financiamento inicial de um banco japonês para produção de estudos e depois ele se transformou
99 numa espécie de guarda-chuva de ações do Governo do Estado, através da SEMA, junto aos
100 municípios em educação ambiental. O Pró Uruguai não tinha acontecido nada até quatro, cinco anos
101 atrás, quando foi retomado em parceria com o Estado de Santa Catarina, mas com uma feição
102 diferente da sua concepção original, ele deixa de ser um programa de saneamento ambiental e passa
103 a ser um programa de desenvolvimento sustentável, tendo a bacia hidrográfica como referência
104 territorial. Isso criou um frisson nacional, ninguém entendia como é que uma Secretaria Extraordinária
105 podia fazer um plano de recursos hídricos, mas isso não é, não foi e continua não sendo um plano de
106 recursos hídricos. Quando o secretário Busato o convidou para trabalhar colocou que queria retomar
107 este assunto, porque a SOP herdou a antiga Secretaria Extraordinária de Irrigação com a sua parte
108 de irrigação e também o Pró Uruguai. O programa começou com o Pró Uruguai, Aquífero Guarani e
109 terminou só com Pró Uruguai. Algumas diretrizes foram colocadas e todas estão sendo cumpridas. A
110 primeira delas é essa de não recomeçarmos o Pró Uruguai, que é um plano de desenvolvimento
111 sustentável, tem até uma estrada de ferro no Estado de Santa Catarina, sem conversarmos primeiro
112 com o sistema de gestão de recursos hídricos, e o CRH é o interlocutor. Fizemos uma primeira
113 reunião de retomada, a secretária Jussara e todos os secretários envolvidos diretamente foram
114 convidados e tinham lá seus representantes. Ficou acordado um planinho de trabalho bastante rápido
115 no sentido de que no orçamento de 2011 da SOP tem lá um pequeno recurso para ser utilizado. Foi
116 aprovado e colocamos isso no papel como os passos a serem desenvolvidos, e voltamos para um
117 segundo encontro com todas as secretarias e seus representantes convidados, onde decidiu-se por
118 utilizar esse recurso, a curtíssimo prazo, para a elaboração do que é possível, porque não se pode



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

119 fazer muito com duzentos e poucos mil reais; mas pode-se desenvolver a modelagem do Rio Uruguai,
120 e o modelo matemático é um rio no computador e isto nos permite decisões muito mais precisas do
121 que mapas em papel ou documentos. Na terceira reunião que foi mais técnica e com a contribuição
122 do geógrafo da DIPLA/SEMA João Manuel, nós estamos utilizando como referência este recurso;
123 estamos também ultimando um plano de ação para ver como se retoma o Pró Uruguai e ver se
124 teremos parceiros, caso contrário não adianta ter no papel. Estamos trazendo isso para conhecimento
125 e queremos ver se pode ser colocado na pauta da reunião do CRH de Dezembro para ser discutido.
126 A diretora Nanci salientou que um programa sempre é bem-vindo, ainda mais quando ele retoma, e
127 ressaltou que cada um que participou dessas primeiras reuniões recebeu um conjunto de estudos
128 existentes que são bastante densos. A preocupação que se teve é que na época do Pró Guaíba
129 estávamos em pleno início da implementação do sistema e lá pelas tantas as coisas andaram de
130 forma separada e toda vez se repetia que os programas têm que ter começo, meio e fim. Como
131 temos na estrutura do Estado várias Secretarias é importante que a construção disso seja conjunta e
132 entendemos que temos que trazer para o Conselho, para os Comitês e nós secretarias temos que
133 entender o papel de cada um de nós. Otimizar as ações que tem e evitar sobreposições e
134 entendimentos, porque a bacia do Uruguai é uma bacia interestadual, transfonteiriça. Ela tem todo um
135 olhar e outros agentes também que ultrapassam os limites do Estado, além das peculiaridades de
136 cada uma das bacias que compõem a região hidrográfica. Por isso temos que construir isso de forma
137 muito harmoniosa, entendendo como entram os planos de bacias, a relação do programa com a
138 futura agência de região hidrográfica, o próprio comitê interestadual da região do Uruguai. Temos que
139 ver tudo isso e pautar para a próxima reunião ou quem sabe antes sentar em alguma rodada e
140 trabalhar mais os objetivos, as interfaces do sistema. A presidenta Jussara sugeriu fazer uma reunião
141 preparatória com as secretarias envolvidas, as câmaras técnicas para preparar e no início da reunião
142 do CRH isso ser discutido. Destacou a importância desse trabalho conjunto que é um salto de
143 qualidade na gestão das águas do Estado do RS. E com esses olhares do ponto de vista deste nosso
144 rio Uruguai, porque ali está a questão relativa do domínio da União, por isso vamos para Florianópolis
145 para uma agenda com o Secretário de Estado de SC, ANA e o Ministério do Meio Ambiente. E sobre
146 a gestão transfonteiriça entram outros componentes como o Itamaraty e também já pedimos para a
147 ANA para evoluirmos nesse sentido, e a participação do País em determinadas ações no Rio Uruguai
148 no que tange a fronteira com a Argentina. Colocou ainda que a pré-reunião para trabalhar a retomada
149 do Pró Uruguai pode ser coordenada pela Nanci e Paim, também com participação do Daniel do
150 FGC. Viviane Nabinger, comitê Sinos usou a palavra para reforçar que essa participação do Governo
151 Federal em um programa de gestão de recursos hídricos é muito importante. **2. Convênio**
152 **SEMA/METROPLAN/FRH** – A secretária Executiva Nanci Giugno explicou que foi solicitado pela
153 Metroplan um aditivo de prazo, junto com uma série de argumentações, desde a troca de Governo,
154 dificuldade de contratações e ele foi aditivado em mais seis meses, e pela manhã teve uma reunião, e
155 ela como coordenadora da CEAD e o Maurício coordenador da CTG combinaram de fazer uma
156 avaliação do andamento dos trabalhos do convênio de forma que neste prazo que temos, se consiga
157 otimizar no sentido de chegar aos resultados tão esperados e também para que não haja uma
158 confusão, porque não temos Agência ainda, temos um convênio que vai resultar na preparação
159 efetiva para que tenhamos a primeira Agência de Região Hidrográfica do Estado. Acrescentou que
160 ainda quer trazer esta questão para a próxima reunião do CRH com mais conteúdo e a presidenta
161 Jussara sugeriu trazer um relatório com as etapas, o produto e o rumo dos objetivos finais para ser
162 distribuído pelo Conselho e destacou que tem que tornar praxe essa rotina de relatórios, até para
163 reformular questões quando necessário, um prazo para o Conselho analisar e colocar na pauta. A
164 presidenta salientou que como sendo uma primeira experiência a gente sempre paga o preço e
165 muitas vezes não dá conta por que é a primeira experiência e muitos tem questionado o processo
166 SIGA, da municipalização, etc...mas estamos pagando o preço, porque no Brasil dos quinhentos
167 municípios com municipalização de gestão ambiental, duzentos e noventa e um são do RS. Por isso a
168 importância de um relatório, para que todos nós possamos contribuir e avançar, porque está gravado
169 como decisão política da implantação das agências de bacias. Muitas pessoas dizem que em vinte
170 anos isso não vai ser implantado, não sabemos, mas iniciamos um processo, e queremos dar
171 continuidade a ele, socializar e contribuir para que possamos nessa primeira experiência e
172 necessidade objetiva que temos das nossas agências de bacias, ainda mais essa nossa aqui nos
173 exige, o mais rápido possível, um encaminhamento e uma solução. E por termos muitos itens para
174 serem pautados esse ano, talvez, tenham que realizar uma reunião extraordinária, ou fazer uma
175 reunião em janeiro ou fevereiro de 2012. **3. Andamento do Termo de Referência dos TRs** – O técnico
176 ambiental Rafael Erling, Divisão de Planejamento/DRH, relatou que o primeiro prazo final do contrato
177 era dia 13 de setembro, mas por problemas administrativos, teve atraso na entrega de alguns



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

178 produtos finais e nos pagamentos de algumas faturas, então foi realizado um aditivo de 120 dias,
179 passando para janeiro de 2012. Esclareceu que estão, mais ou menos, na metade da entrega dos
180 produtos previstos, tem cerca de uns dez termos de referência para serem entregues, mas já foram
181 realizadas todas as etapas de levantamento de campo que a Ecsam, empresa contratada tinha por
182 fazer, falta só a finalização de alguns produtos a serem entregues para o DRH e com isso o DRH já
183 está prevendo lançar ainda em 2011 alguns editais novos de planos de bacia. A DIPLA está dando
184 prioridade seguindo algumas demandas do próprio departamento e da CTPA. Estamos prevendo
185 lançar os planos da Bacia do Camaquã e do Baixo Jacuí ainda no orçamento de 2011 para ser
186 executado a partir do início de 2012. Dentro destes previstos ainda conforme orçamento e
187 disponibilidade, talvez entre junto a fase C do Lago Guaíba e o Tramandaí é o próximo da lista, mas
188 não estamos ainda detalhando ele. Leda cobrou que o Tramandaí não estivesse na lista de 2011 por
189 estar na fase do enquadramento e Rafael lembrou que estão dando prioridade a outras bacias que
190 ainda não tem a fase A e B e o Tramandaí pode entrar no orçamento de 2012. Leda colocou que na
191 fase A o Tramandaí tem uma parte que foi acoplada do Rio Bacupari que não tem a fase A nem B, e
192 queriam que fosse incluída pelo menos essa parte no orçamento de 2011. Rafael falou que a idéia é
193 usar, mais ou menos, o molde do Gravataí, que quando contratamos a fase C, pediu
194 complementações para o diagnóstico para não ter um contrato pequenininho, e complementar esta
195 parte da bacia com a fase C. O conselheiro Daniel Schmitz falou que o Taquari-Antas está na fase A
196 e B, conclui no final do ano que vem e tem demandas do COREDE Serra de duzentos mil reais para a
197 fase C do plano de bacia, como podemos compor isso, seria interessante que se a gente tivesse uma
198 sequencia, uma construção durante o processo. Rafael explicou que estão estudando como
199 funcionaria esse processo de complementar com o dinheiro de várias origens, essa discussão está
200 acontecendo por causa do Caí que também tem o dinheiro do COREDE e estão estudando se é
201 possível complementar com dinheiro do fundo, se pode ter mais de uma origem do recurso e o Caí
202 vai servir de modelo para isso. Daniel complementou que tem um prazo e o COREDE está
203 pressionando para usar o recurso. Paim esclareceu que se foi licitado um objeto único não pode ter
204 duas fontes, mas num termo de referência pode usar um recurso do item, um até o três, do três até o
205 quatro. Viviane acrescentou a fala do Paim que os recursos do COREDE vem da SEMA e pode ser
206 utilizado para isso, porque a contrapartida do plano Sinos que foi apresentada ao Fundo Nacional do
207 Meio Ambiente foi uma demanda do COMITE SINOS, do Corede do Vale do Sinos que negociaram
208 com o Celso Bernardi que era o coordenador da consulta popular e foi aceito. **4. Relação dos**
209 **Municípios por Áreas das Bacias.** - Lourenço Corrêa, técnico ambiental da DIPLA/DRH, saudou a
210 todos e colocou que foi discutido dentro da divisão um novo conceito, porque o antigo utilizava o
211 seguinte: se 1% da área do município estivesse dentro da bacia hidrográfica, ele era incluído dentro
212 da lista de municípios integrantes daquela bacia hidrográfica, porém isso gerou certa discussão
213 porque acabavam sumindo áreas de dentro daquela bacia e o fechamento total da área que a
214 compõem não chegava nem próximo dos 100%, às vezes nem a 95% do tamanho real da bacia.
215 Então, resolvemos, através de um cálculo, e chegamos nestes resultados que utilizamos o critério de
216 que para ser incluído esse município dentro da bacia ele teria que ter no mínimo 02 Km² dentro da
217 área interna da bacia. Isso ainda não tinha sido divulgado, porque esperamos para apresentar na
218 reunião do CRH. Ficou a disposição para esclarecimento de dúvidas. Leda questionou como
219 chegaram nestes dados e de que forma fizeram este levantamento, se tem alguma coisa a ver com
220 as fases dos planos de bacias. Lourenço explicou que não tem nada a ver com planos de bacias, a
221 área territorial é feita pela divisão de bacias, que é um critério geográfico e podem ocorrer problemas
222 quando há um cruzamento com os limites geográficos dos municípios, quando o limite oficial é numa
223 escala que às vezes consideramos até imprópria para trabalhar com relação as bacias hidrográficas,
224 porém o limite oficial do Estado é na escala de 1:1.000.000, de detalhe muito maior e há um conflito
225 de escalas porque nós trabalhamos na escala base de 1:50.000, e outras escalas que geram os
226 mapas finais dos planos de bacia; é numa escala de muito maior detalhe do que esta; fizemos tudo
227 por computador através de softwares que fazem o critério do cálculo automatizados. Se o município
228 não tiver 2km² na bacia ele não é citado dentro dela, com isso algumas bacias vão perder municípios,
229 esse cálculo foi feito para melhorar essa questão, porque se o município for muito grande esse 1%
230 pode ser maior do que estes 2Km², por isso diminuimos essa margem de erro. Conselheiro Daniel
231 Schmitz questionou se isso já foi passado para as bacias, porque isso muda o plano de bacias e
232 Lourenço afirmou que vai ser repassado. Leda questionou que se Osório está no Comitê Sinos com
233 0,5km, que é a nascente do Rio dos Sinos, a que bacia pertence? Lourenço esclareceu que estão na
234 bacia dos Sinos com 4,97%. Lourenço colocou que essa tabela vai ser enviada aos comitês com a
235 metodologia usada. Nanci colocou que tem que ter um critério geral e também exceções, se a
236 nascente está lá no menos de 2 km no município é uma questão de negociação. Conselheiro Daniel



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

237 Schmitz indagou se isto já está publicado e Carmem falou que faz parte do relatório de recursos
238 hídricos que está para ser lançado. Presidenta Jussara esclareceu que vai ser encaminhada aos
239 comitês para conhecimento, qualquer dúvida se reportar ao DRH e após a publicação. Nanci colocou
240 que antes dessa tabela fazer parte do relatório vão fazer adequações, se necessárias. **5. Andamento**
241 **do Plano Estadual de Recursos Hídricos.** Rafael Erling, DIPLA/DRH, relatou que o plano tem dez
242 passos e estamos começando o passo seis que são as reuniões temáticas. Já realizamos várias
243 delas com os setores envolvidos com o tema, a primeira foi realizada aqui na SEMA, no dia 13 de
244 outubro, e já temos uma solicitação dos comitês de realizar uma nova reunião com essa temática com
245 a participação de todas as diretorias de comitês. Essa reunião foi marcada um pouco em cima da
246 hora, porque precisávamos dar início ao processo. Temos duas reuniões com data marcada:
247 Indústria, Mineração e Navegação no dia 03 de novembro e outra, com os Aspectos Jurídicos, para o
248 dia 04 de Novembro, ainda sem local definido, mas será divulgado no site do Plano Estadual, as
249 outras reuniões ainda não estão marcadas, mas vão ser entre o dia 04 e 22 de novembro e a reunião
250 final na Assembléia Legislativa está marcada para o dia 22 de novembro. O DRH está fazendo esses
251 andamentos, mas precisamos de parceiros envolvidos com cada temática que ajudem na marcação,
252 nos convites. Os comitês vão ser informados, mas aproveitando a presença das secretarias de
253 Estado, se alguém se dispuser na marcação das reuniões temáticas, entre em contato com ele. Ainda
254 temos a reunião dos comitês que não tem data definida e aceitamos sugestões de local e data. Após
255 essas reuniões temáticas vamos realizar três reuniões regionais, uma em cada região hidrográfica,
256 solicitadas pelas Câmaras Técnicas. Conversamos com a Câmara Técnica do Uruguai e como
257 primeira proposta ficou a realização na cidade de Santo Ângelo, mas ainda vamos combinar com os
258 comitês da região e aceitamos propostas das outras regiões hidrográficas. Recebemos agora a
259 proposta do Comitê Sinos de realizar a reunião na Unisinon. Conselheiro Daniel colocou que gostaria
260 que fossem enviadas por e-mail as datas das reuniões para os comitês. Rafael afirmou que o DRH se
261 compromete em fazer isso. O diretor Paulo Paim se propôs a mediar a organização de um encontro
262 com os pequenos e os grandes produtores. Nanci disse que conversou com a empresa que está
263 fazendo o Plano Estadual e vai ser necessário um aditivo de prazo, por ser um assunto sério e
264 estruturador e não pode ser feito de uma forma atropelada, porque os meses seguintes têm períodos
265 conturbados com recesso de Assembléia e uma série de coisas, e que o não comparecimento dela e
266 da Secretária em todos os eventos não significa não ser prioritário. Conselheira Leda Famer sugeriu
267 que seria melhor o aditivo do que apressar demais o processo, porque eles têm que juntar o par de
268 Pelotas para discutir a aproximação com o litoral, e a idéia seria do dia 16, em Camaquã parte do
269 litoral, que vai ser dividido em dois, e Litoral Médio e Tramandaí no dia 22 e 23, se assim fosse
270 necessário e, entendem que tenha que se ter mais tempo, porque tem que reunir os comitês,
271 apresentar propostas e mobilizar a comunidade, o que não é fácil. Rafael colocou que as reuniões
272 regionais podem ser feitas até o máximo no início de dezembro e pediu que a região do Litoral fizesse
273 um esforço para que se consiga concentrar em uma reunião só. A presidenta informou que recebeu
274 uma convocação para estar às 16h30min no Palácio Piratini e por isso terá que se ausentar da
275 reunião às 16h00min e acusou o recebimento de mensagens: a. Justificativa de ausência dos
276 conselheiros: Oscar Escher, SOP, preso no aeroporto de Brasília e Ivo Mello, Comitê Ibicuí, preso no
277 aeroporto de Foz do Iguaçu devido às cinzas do vulcão. **Of. CGBHG N.º 023/11 – Ratificação do**
278 **acordo de retirada de água na bacia do rio Gravataí.** - Maurício Colombo esclareceu que essa
279 resolução vem acontecendo desde 2006.: Em 2005 houve uma seca muito forte que acabou com a
280 água do Gravataí, o rio ficou seco, houve a suspensão do abastecimento público em Viamão,
281 Gravataí e Cachoeirinha, então em 2006 foi solicitado pelo DRH que se fizesse um acordo entre a
282 Corsan e o setor de irrigação e depois de muita discussão chegaram num acordo: a Corsan na
283 captação de Alvorada tem uma régua com um nível estabelecido de um metro, quando o nível do rio
284 atinge um metro a Corsan avisa o DRH, que avisa o comitê, que repassa esse aviso para a Defesa
285 Civil, Comando Ambiental da Brigada e outras entidades representativas que estão dentro do comitê,
286 que a captação de água pelo setor de irrigação é alternada, ou seja, dois dias sem captação, depois
287 três dias com captação, depois param dois dias e assim sucessivamente. Esse cronograma é
288 encaminhado pela secretaria executiva do comitê para todos que estão na rede. Se o nível da água
289 continuar baixando e atingir a marca de 0,5m é suspensa toda a captação de água pra irrigação até
290 voltar ao nível de 0,5m e 1 metro. Quando foi feito esse acordo foi estabelecida essa cota da régua
291 de 1m, só que essa régua não estava georreferenciada, havia um diferencial de 2,65m em relação ao
292 nível do mar e depois, ao longo desses cinco anos, georreferenciaram a régua e o certo é 2,65m. Só
293 que para a categoria irrigação é muito complicado explicar isso, e aquele 1m ficou na memória, então
294 a resolução sai com o nível de 2,65m, mas entre parênteses está escrito 1m. Essa resolução vai ser
295 reeditada e possivelmente vai ser a última, porque a Corsan vai comprar um linígrafo e vai instalar



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

296 nessa estação de captação e esse dado vai passar a ser on line. A Corsan vai comprar esse
297 equipamento agora em novembro, vai aferir e isso pode levar algum tempo, mas não podemos correr
298 esse risco e vamos nos prevenir. Quando acontece isso os irrigantes não podem bombear, o
299 Comando Ambiental da Brigada Militar sai para vistoriar, pode lacrar bombas e a FEPAM pode
300 infracionar quem tiver fazendo isso. Paulo Robson, presidente do Comitê Gravataí cresceu que a
301 compra destes equipamentos é através de um convênio com a Corsan, ANA e a SEMA. Presidenta
302 colocou que como não está na pauta, vai ser aprovado ad referendum e na próxima reunião será
303 votado. Viviane Nabinger "colocou que o Sinos também vai trazer uma proposição, mas destacou que
304 sempre existem conflitos nos setores de abastecimento público, uma vez que abastecimento público
305 é um pouco mais que o abastecimento humano; nos Sinos tem uma parcela de água que é
306 distribuída na rede pública que atende indústrias e serviços, e quando existe esse acordo onde o
307 abastecimento é proibido, um setor acaba sendo prejudicado; nós aqui no Sinos estamos só tratando
308 do pessoal do arroz e os outros segmentos estão sendo deixados de lado, especialmente pelo
309 desconhecimento por parte do comitê. E quando as companhias dizem que a demanda de água para
310 o abastecimento de água é "x", dentro dessa demanda tem abastecimento público, indústrias e
311 serviços. Então nós achamos que o DRH poderia começar a trabalhar nesse sentido de que quando
312 houver uma situação de escassez, o privilégio é abastecimento humano e dessedentação animal, a
313 gente possa juntar todos que fazem parte do abastecimento público para entrar na negociação
314 também, inclusive a geração de energia, porque no Sinos é irrelevante o controle sobre aquela água
315 que é retirada e distribuída pelo serviço público para as empresas. E hoje nós temos um só setor do
316 Estado tendo prejuízo quando ele não pode captar água em período de escassez". A presidenta
317 Jussara achou muito importante a colocação da Viviane. **Ofício SE. Nº096/11, de 19 de março de**
318 **2011, solicitação sobre o convênio de manutenção do COMITESINOS** – O Diretor Fabrício pediu
319 desculpas à Secretária e ao Conselho por não ter trazido essas informações dizendo que vai buscar e
320 passar para o comitê. Secretária Executiva Adjunta Carmem Lúcia Silveira da Silva lembrou ao diretor
321 que se trata do Plano de trabalho que está na suplementação. Fabrício colocou que o Plano de
322 Trabalho foi baseado na suplementação orçamentária aprovada no mesmo dia em que foi aprovado
323 também o orçamento de 2011 do FRH. O orçamento de 2011 foi enviado pela SEMA para o Governo
324 consolidar o orçamento, isso no ano passado, depois foi para a Assembléia para ser aprovado e o
325 Governo passado não cumpriu a norma legal de que antes de ser enviado ser aprovado no CRH.
326 Como o orçamento de 2011 que estava sendo executado não tinha sido aprovado no CRH, no
327 mesmo dia fizemos uma discussão prévia, aprovamos o orçamento e uma suplementação
328 orçamentária, depois foi emitida uma SRO para ser atendida e nisso aí estava previsto o valor de cem
329 mil reais para quem fez um projeto, mas ele só pode ser executado no momento que este recurso for
330 liberado na SEFAZ, como ainda não foi, temos que executar com o valor previsto que é de cinquenta
331 mil. O orçamento de 2012 foi aprovado, só que veio uma cota do FRH menor do que tínhamos
332 discutido no Conselho, mas pelo que viu do trabalho ótimo feito pela CTPA, está previsto um valor
333 maior do que o solicitado para a manutenção dos comitês. Valéria Borges, presidenta da CTPA
334 esclareceu que a suplementação era de vinte e oito milhões, dezesseis milhões para a SEMA, seis
335 milhões para a Secretaria de Obras, seis milhões para a Secretaria de Saneamento e a SRO da
336 suplementação não foi liberada. A presidenta Jussara informou que ligou pela manhã para o
337 Secretário Odir para tentar a liberação das cotas de 2011 com a máxima urgência e está esperando o
338 retorno dele e agradeceu a presença de todos, passou a condução da reunião para a secretária
339 executiva Nanci Giugno e se dirigiu ao Palácio Piratini. Nanci Giugno solicitou a contagem do quorum
340 para a **II - Ordem do Dia** e verificou que não havia mais quorum deliberativo, ficando assim os itens
341 para a próxima reunião. **III - Assuntos Gerais** - A secretária executiva Nanci Giugno passou a
342 palavra para os convidados da SEPLAG. Sr. José Maia, diretor Adjunto do Departamento de
343 Orçamentos da SEPLAG saudou a todos e colocou que eles estão com o mesmo problema que a
344 SEMA, porque o orçamento de 2012 foi entregue na Casa do Povo dia 15 de Setembro e a SEPLAG
345 fez uma distribuição referente aos Recursos Hídricos, conforme a previsão de receita que foi aceita
346 pela SEMA, em torno de quarenta e um milhões e seiscentos, e fizeram uma determinada
347 distribuição, só que teve uma reunião em 17 de Agosto do Conselho que aprovou uma outra
348 distribuição. Nós recebemos um ofício de nº03, de 16 de setembro dizendo que a SEPLAG teria
349 alterado essa distribuição, mas gostaria de esclarecer que não fizeram isso de maneira nenhuma.
350 Aconteceu que essa previsão não nos chegou de forma tempestiva quando da elaboração da
351 proposta orçamentária, não questionamos nenhum tipo de competência ou atribuição do Conselho
352 em fazer essa distribuição. Talvez tenha havido um problema de comunicação, que em tempo hábil
353 ao Departamento de Orçamento, não tomou conhecimento de qual era a sugestão da Câmara
354 Técnica do FRH/RS quanto à distribuição desses recursos. Nanci Giugno solicitou que ele



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

355 esclarecesse como funciona esse processo. Sr. José Maia colocou que é feita uma previsão de
356 receita de ingressos para o exercício, no caso 2012, do fundo de recursos hídricos, encaminharam
357 isso na pessoa do Sr. Marco Aurélio e houve o ok quanto a essa previsão, aí o Departamento de
358 Orçamentos faz essa distribuição. Este recurso é uma fonte de financiamento importante em relação
359 à temática da irrigação. Dentro da administração pública do Estado existem vários órgãos que estão
360 competindo por esses recursos, inclusive com a alteração da questão administrativa do Estado, uma
361 Lei Estadual do RS trouxe outras competências para alguns órgãos em relação a questão da
362 irrigação, a Secretaria Estadual da Irrigação foi extinta, esse Departamento de Irrigação passou a ser
363 competência da Secretaria de Obras. A Secretaria de Desenvolvimento Rural que é uma secretaria
364 nova e se originou do desmembramento da Secretaria da Agricultura que passou a ter alguns
365 aspectos da irrigação, como a perfuração de poços e etc. e a Secretaria da Habitação começou a
366 receber o saneamento também que não era sua atribuição. Então, mantiveram mais ou menos o que
367 eles tinham em 2011, que era sete mil e oitocentos e passaram para dez. A Secretaria de Obras ficou
368 com um valor bem elevado de vinte milhões de reais, porque a Secretaria da Irrigação passou a fazer
369 parte da Secretaria de Obras. Nanci Giugno colocou que foi feito um trabalho grande de
370 recomposição da utilização do FRH, porque ele vinha ao longo do tempo com pesos muito diferentes,
371 e todo o trabalho que foi feito junto as Câmaras Técnicas e o CRH, no sentido de cumprir com os
372 seus propósitos e percentual estabelecido, porque vinha ficando uma parcela muito inferior aquela
373 das resoluções do CRH. O trabalho foi feito para que não ocorresse mais isso, e agregou outro dado
374 fundamental, é que essa entrada de receita do Estado é regulamentada pela União e existe um
375 grande questionamento, e se esse recurso não for utilizado para o fortalecimento do Sistema
376 Estadual de Recursos Hídricos corre o risco de perder esse ingresso, e sem tirar a importância das
377 obras das outras secretarias, mas o sistema não vai se implementar se não houver fortalecimentos
378 institucionais que vão dar conta da eficiência das obras. Isso não é uma crítica, é como o CRH vê, e
379 todo o trabalho que se fez para não acontecer isso esse ano. Tínhamos muita expectativa e a
380 presença de vocês aqui é muito importante, até para entendermos, porque tínhamos a notícia de uma
381 redução generalizada e está vendo que não foi isso, foi na própria distribuição novamente. Sr. José
382 Maia esclareceu que o que ocorreu na prática foi que CRH fez um trabalho técnico, bem feito e
383 aprovado na reunião do dia 17 de Agosto e a SEPLAG desconhecendo esta distribuição enquanto
384 departamento de orçamentos e fizeram outra distribuição que não coincide com a distribuição feita
385 pela Câmara. Em vista desta situação sugeriu que fizessem, na medida em que esse orçamento for
386 sendo aprovado a partir de 02 de janeiro de 2012, tentar recompor a distribuição que a CTPA fez em
387 relação aos recursos hídricos para 2012, via suplementações, ou talvez internamente alguém
388 devolvendo alguma coisa, o que é bem mais difícil. Outra sugestão é que enquanto SEPLAG,
389 departamento de orçamento, tivesse um estreitamento maior com a CTPA para que possam ter um
390 diálogo, uma relação mais efetiva, para que quando da elaboração do Plano pela CTPA, possam
391 tomar ciência bem antes. Abriram os tetos nos dias 25, 26 de agosto e não houve nenhum
392 questionamento por parte da SEMA. O colega Adoni estava dialogando quase diariamente com o
393 Marco Aurélio e não houve nenhum questionamento. Então essa é a nossa sugestão, que possamos
394 manter um diálogo e isso não aconteça mais. Sr. Adoni colocou que do dia 03 a 05 de Agosto foi
395 aberto o sistema para corrigir, retificar os valores da receita e mandamos esse e-mail que eu tem em
396 minhas mãos, não só para o Marco Aurélio, mas também para Lourdes, Fabrício e Inajara para evitar
397 esse tipo de problema de comunicação, todos foram comunicados e não houve nenhuma
398 manifestação da SEMA, no sentido de corrigir valores na composição da receita. Diversas vezes
399 ligamos e não houve nenhuma manifestação dizendo: o valor não é esse, não é aquele, no caso da
400 receita, e no caso da despesa foi dada uma despesa para a SEMA, acho que foi de nove milhões e
401 me desculpe por falar assim, mas o Fundo não apresentou uma proposta. Reforçou que para ele não
402 chegou nada, inclusive falou para o Marco Aurélio: se não houver uma manifestação pró ativa de
403 vocês, porque quando é cobrado pelas secretarias se a SEMA mandou alguma distribuição, se não
404 mandou, vai ser feito um rateio ou distribuição. Heloísa Fiori, FRH colocou que lamenta
405 profundamente que estejam nessa situação, agradeceu a presença dos colegas da SEPLAG, porque
406 ela vinha solicitando essa comunicação desde que entrou na SEMA, há quase dois anos. Pela
407 primeira vez o processo se inverteu, foi discutido em nível de Comitês, Câmara Técnicas e aprovado
408 no CRH uma distribuição de recursos de acordo com a resolução nº044, quando 55% do orçamento
409 ficariam com a SEMA, 35% para o Saneamento e o restante para as demais secretarias. Hoje não
410 sabemos o que foi contemplado nas demais secretarias, até mesmo porque elas não estão cumprindo
411 com a prestação de contas bimestral que foi aprovada neste Conselho. Só para encerrar eu tenho
412 com uma relação do extrato da ANEEL, com os depósitos de 2010 a setembro de 2011 foram quase
413 sessenta milhões para o Estado do Rio Grande do Sul. A presidenta da CTPA Valéria Borges se



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

414 manifestou em relação à SEPLAG de não saber da proposta orçamentária que foi aprovada por este
415 conselho. Afirmou que o Marco Aurélio estava ao seu lado no dia em que isso foi aprovado, é pena
416 que ele não esteja aqui, mas cabe ao CRH pedir a ele uma manifestação em relação a isso, porque a
417 SEPLAG tinha obrigação de saber que isso foi feito e aprovado dia 17 de agosto, e se não chegou
418 até a SEPLAG, o CRH tem que se manifestar em relação a isso. José Maia esclareceu que pode ter
419 chegado à Secretaria, mas não ao departamento de orçamento. Valéria colocou que tem que chegar
420 onde tem que chegar, não importa por onde, nem por quem. As pessoas não estão aqui brincando de
421 se reunir, estão votando e se tratando de orçamento público, isso é muito sério e tem que chamar
422 aqui para uma justificativa de como é que isso não chegou lá. Somos quinze pessoas trabalhando na
423 CTPA, nos empenhando para fazer um trabalho e construir alguma coisa dentro do orçamento, não
424 se tinha norte, os projetos vão chegando e queremos organizar isso e queremos ajuda da SEPLAG
425 sim, e agradecemos pela sua manifestação e convidamos para participar das nossas reuniões,
426 porque estamos falando de uma coisa que movimenta o Estado do RS. O fundo é específico para
427 trabalhar recursos hídricos, ele tem esse enfoque e ponto, se o recurso entra de compensação
428 financeira para isso, é pra isso que tem que ser usado, e a CTPA tem esse papel de fiscalizar seu uso
429 e está fazendo isso, queremos deixar vocês tranquilos em relação a isso. Queremos trazer o máximo
430 de informações possíveis para que esse conselho tenha base para votar e definir. Estamos nos
431 reunindo mensalmente, fazendo um trabalho árduo em relação a isso, e quanto ao orçamento de
432 2011, nós recebemos um saldo da SEMA, não recebemos ainda das demais secretarias, mas vamos
433 solicitar para que na próxima reunião da CTPA tenhamos uma atualização dos trinta e um milhões
434 que foi aprovado, para o uso de 2011, onde está sendo gasto. Na SEMA tínhamos um saldo de sete
435 milhões, foi empenhado um milhão, ainda tem um prazo de dois meses e meio para gastar esse
436 recurso e ver onde estão os entraves do processo e as demais secretarias vão estar fazendo suas
437 justificativas. Quanto à suplementação não temos ainda uma noção de quanto vai ser aprovado pela
438 Fazenda, e a secretária Cony sinalizou que está agilizando isso. Sr. Adoni observou que toda vez que
439 foi pedida a execução das outras secretarias sempre foi passado, inclusive passou para a Lourdes na
440 segunda-feira passada a execução até o dia 17 de outubro. José Maia reforçou a colocação do Adoni,
441 e colocou que pode passar essa execução a cada dois meses de todas as secretarias direto para o
442 Comitê. Mas isso é um avanço, é tudo muito novo e vocês resolveram dar um basta. Existe todo um
443 ordenamento e estava meio "a bangu " esse negócio, cada um vai lá e tal, mas agora nós queremos
444 dar um disciplinamento de acordo com o moderamento jurídico, temos as regras, em algum momento
445 houve alguma falha de comunicação, não culpamos ninguém, mas vamos tentar construir uma
446 história daqui para frente, se puder aparar essas arestas, nunca vamos nos furtar, pelo menos da sua
447 parte, de prestar qualquer esclarecimento perante o CRH e a CTPA, de nós podermos trabalhar isso
448 à quatro mãos. Em relação à suplementação, por exemplo, eles estão olhando lá o orçamento das
449 secretarias e tem cinco milhões livres, não tem nenhuma solicitação, como é que estão pedindo
450 suplementação se eles já têm esse valor. Então, estamos nos últimos dois meses do ano, tem uma
451 resolução da JUNCOF, uma LO de liberação de 02 de dezembro, e a LO de decreto é de 16 de
452 novembro, as coisas estão bastante adiantadas, por causa da restrição fiscal, orçamentária,
453 financeira que o Estado está passando. Oxalá que o ano de 2012 seja diferente, até porque tem as
454 operações de crédito bem encaminhadas, a SEPLAG tem feito todos os esforços para que isso venha
455 acontecer, que possamos usar essa fonte nova para os investimentos do RS e trazer mais justiça
456 social para o nosso Estado. Valéria colocou que a CTPA também está trabalhando e vem bem dentro
457 dessa linha de organizar o processo de uso do FRH, estamos criando um manual de critérios e
458 normas para acesso ao FRH, um documento único com formulários, agendamento, onde os comitês
459 possam ser acessados, com opiniões, dentro das suas regiões hidrográficas, como estão sendo os
460 planejamentos nessa área de recursos hídricos, e a SEPLAG podia nos ajudar a montar esse
461 documento que vai servir de referência até para aprovar os projetos aqui no CRH, para passar para
462 as Câmaras Técnicas, para que tenhamos isso. Estamos empenhados e temos pessoal capacitado
463 que pode estar auxiliando nisso e queremos trazer ainda esse ano aqui para o CRH. Diretor Fabrício
464 colocou que está tendo uma grande surpresa e acha que todos compartilham dela. Agradeceu a
465 vinda dos colegas da SEPLAG, e entendeu que o CRH há muitos anos vem lutando e agora percebe
466 que tem essa possibilidade e tinha já neste ano. Uma vez que a SEMA mandasse para SEPLAG a
467 resolução que foi aprovada aqui, percebo que foi uma falha administrativa e assumiu essa culpa de
468 não ter enviado em tempo essa resolução do CRH que tratava do orçamento de 2012, e vamos fazer
469 toda essa discussão proposta pela Valéria do por que não foi, mas desde já assumindo a
470 responsabilidade administrativa de não ter enviado em tempo, e agora tratar de como vamos projetar
471 e usar o orçamento em torno de dez milhões que está previsto para 2012, e também como é que
472 vamos consertar através de uma suplementação já no início do ano pra ser implementado, o restante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

473 que não está dentro desses dez milhões. Com isso fica claro que a responsabilidade neste caso foi
474 da SEMA. José Maia sugeriu que pode ser acertado com a Fazenda, no caso o que entrar a mais de
475 receita, prioridade número um: SEMA. E vê também que ficou uma diferença significativa em relação
476 a SEMA da distribuição que a SEPLAG fez em relação à CTPA, em torno de 50% menor, isso
477 podemos tentar fazer pela suplementação, mas também que os outros órgãos que recebem, na
478 medida em que eles vão perder esse recurso, vão pressionar o caixa do tesouro, eles vão ter que
479 demandar mais recursos do tesouro, talvez tenhamos dificuldade de sanar isso em 2012, mas talvez
480 possa fazer essa caminhada não de forma tão forte, mas que possamos fazer gradativamente, por
481 exemplo: você tinha X, esse ano vai ter X menos vinte por cento, o ideal seria cinquenta por cento,
482 mas não é possível ainda. Para isso, ele e o Adoni, estão a disposição para qualquer dúvida, podem
483 ligar direto pra ele, que está autorizado a dar qualquer informação sobre orçamento. Heloísa
484 esclareceu que até 2010 a questão orçamentária vinha de cima para baixo, não era discutida e
485 aprovada por este conselho. Nós só fomos saber que a execução orçamentária de 2011 estava com
486 os valores e rubricas de projetos que foi aprovado pela Assembléia e foi nos dado, nós estávamos
487 limitados. Como ficou em aberto questões nevrálgicas, como outorga, manutenção de comitês, o
488 CRH entendeu que só aprovaria a execução orçamentária de 2011, vinculada a uma suplementação
489 que atendesse os furos orçamentários. Toda execução orçamentária de 2011 está sendo realizada e
490 estamos lutando para que seja realizada até dezembro. Nanci colocou que também está surpresa,
491 mas não adianta lamentar, temos condições de montar aqui uma força tarefa para ver o que podemos
492 fazer ainda em 2011-2012, estamos entendendo que ganhamos grandes aliados do Planejamento,
493 porque eu trabalho no Estado há trinta e poucos anos, não entendo nada dessa parte de orçamento,
494 é uma área que os técnicos, os próprios decisores muitas vezes por ser um assunto árido, não dão
495 bola, não cuidam de prazo ou não entendem que a rubrica essa tem a ver com isso, e acabam se
496 perdendo grandes possibilidades. Proponho primeiro sobre 2011, como estávamos com uma grande
497 expectativa na suplementação que seria um grande passo para recompor esse quadro, como até
498 agora não veio, temos vários comitês esperando por esses recursos, a própria estruturação interna da
499 secretaria que ficou sucateada, estamos com mais de sete mil processos de outorga parados.
500 Também ficou mais claro com é o processo do orçamento, por exemplo, se eu tenho aqui tanto de
501 orçamento e não usei, por que vou pedir mais. Tenho pedido para a Heloísa, para a diretoria
502 administrativa, para ver o que podemos ainda utilizar do orçamento e fazer um esforço de conseguir
503 pelo menos uma parte da suplementação para essas coisas prioritárias. A CTPA está
504 empenhadíssima em estabelecer alguns critérios e ver o que é prioritário para sairmos dessa situação
505 e não é novidade pra ninguém, nem culpa de um nem de outro, mas o RS é um dos piores estados
506 em termos de recursos hídricos, e nós vamos mudar essa história. Quanto a 2012, o colega trouxe
507 algumas alternativas e se ficarmos atentos lá em janeiro, podemos entrar de repente; temos
508 argumentos de uma entrada maior, de uma receita maior, mas aí vamos trabalhar em conjunto e aí
509 contando com quem sabe fazer. José Maia esclareceu que se teve um ingresso maior que a previsão
510 de receita, tem que ficar depositado e isso geram um passivo potencial e podemos buscar desse
511 passivo. Nanci sugeriu que se monte um grupo de trabalho e leve ao secretário executivo do Fundo,
512 contando com a SEPLAG e a CTPA, para rapidamente ver o que vamos utilizar do orçamento de
513 2011. Se existe ou vão parar de falar em suplementação, se não vai sair ou tem alguma chance de
514 sair e nos preparar para 2012. A secretária adjunta Carmem salientou que a suplementação era do
515 passivo do ano passado. Heloísa colocou que a prioridade seriam as outorgas, se não resolver isso
516 muitos setores estratégicos para a economia do Estado vão parar. Nanci colocou que recebe
517 diariamente ligações dos irrigantes, de indústrias, hidrelétricas, de todos os setores produtivos do
518 Estado. José Maia sugeriu que se levasse à sala de situação a questão das outorgas e diretora Nanci
519 achou muito importante que se fizesse isso e comunicou que pela manhã que a secretária Cony se
520 reuniu com o Fórum Gaúcho dos Comitês e decidiram que vão fazer uma nota técnica e levar ao
521 Governador colocando essa situação. Nanci Giugno, secretária executiva do CRH, encerrou a reunião
522 e eu, Carmem Lúcia Silveira da Silva, secretária executiva adjunta do CRH/RS lavro esta ata.